

RR

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data <u> </u> / <u> </u> / <u> </u>
Cod. <u>BCD 922</u>

SECD - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS
NEI - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

VOANDO ALTO EM RORAIMA
HISTÓRICO DO NEI DA SECD/RR

L o r e t t a E m i r i *
Boa Vista (RR), agosto de 1993

MITOLOGIA

Por ocasião do "DIA D - DEBATE NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO/ESCOLA", na Secretaria de Educação de Roraima formou-se uma comissão para preparar o evento, cuja idéia-força foi o tema "QUE ESCOLA TEMOS? QUE ESCOLA QUEREMOS?". A primeira, fundamental, constatação feita pela comissão foi que se devia distinguir entre área urbana, rural e indígena. Formaram-se, então, três subcomissões. A equipe encarregada da área indígena contatou todas as pessoas e entidades envolvidas com os índios em Roraima, com as quais debateu a problemática e planejou ações, assim que realizou-se um pioneiro e democrático trabalho interinstitucional bem seis anos antes que uma Portaria Interministerial (a de Nº 559 de 16 de abril de 1991) sugerisse fazer isto em seu artigo 5º. As entidades passaram então a debater a problemática junto com suas bases. Em seguida, a equipe da Secretaria efetuou algumas viagens a áreas indígenas, onde participou de reuniões com professores, tuxauas e comunidades. A aproximação às malocas e à realidade possibilitou um envolvimento e uma empatia relevantes dos técnicos da Secretaria para com os indígenas e sua situação. No dia 17 de setembro de 1985, 48 malocas, representadas por professores, tuxauas e seus secretários, e membros das comunidades, participaram do debate da área indígena em Boa Vista. Clareza de pensamento, firmeza e união nos objetivos caracterizaram os depoimentos de tuxauas e professores, que, pela primeira vez, manifestavam seu pensamento, faziam suas reivindicações e eram ouvidos pela Secretaria de Educação.

Não há dúvida que o "DIA D" representa o marco da mudança de rumos na educação escolar indígena oficial em Roraima. Tendo o evento possibilitado a reflexão crítica em torno do tema, os indígenas chegaram à conclusão que "as escolas para indígenas", pensadas e impostas pelos brancos, serviram para acabar com as cul-

turas indígenas, preconceituosamente consideradas inferiores e não apenas DIFERENTES, impondo assim o modelo da sociedade envolvente, pretensamente considerado superior. Uma vez feita a leitura crítica da realidade, os indígenas passaram a reivindicar "escolas verdadeiramente indígenas", idealizadas, implantadas e gerenciadas por eles mesmos. Estas novas escolas deveriam ter currículo específico e diferenciado para:

- respeitar a identidade étnica dos vários povos indígenas em Roraima e suas peculiaridades sócio-culturais;
- ser voltadas para a realidade e necessidades das comunidades;
- veicular dados, informações, conhecimentos referentes à sociedade nacional para poder lidar com a situação de contato existente.

Quer dizer que, a partir do "DIA D" começa a ser concebida em Roraima uma escola com rosto, língua, cultura, pensamento e espírito indígena. As reivindicações dos indígenas levaram a Secretaria de Educação à criação do Núcleo de Educação Indígena - NEI, que passou a ser estruturado no começo de 1986. O Núcleo nasceu em função de legítimas organização e reivindicações indígenas, às quais aliaram-se a sensibilidade e o comprometimento de alguns técnicos, não-índios, da Secretaria de Educação.

HISTÓRIA

Em agosto de 1986, o NEI promoveu o "I Encontro de Educadores Indígenas em Roraima", que contou com a participação de 100 professores atuantes em escolas de malocas, assessores, instituições, órgãos públicos e entidades de apoio aos índios. Com base nas propostas finais do encontro, o NEI traçou seus objetivos:

- "proporcionar aos grupos indígenas de Roraima uma educação formal baseada na realidade de cada grupo, respeitando suas peculiaridades culturais e procurando atender suas necessidades e aspirações;
- valorizar, resgatar e revitalizar o patrimônio cultural dos povos indígenas;
- incentivar estudos e pesquisas visando o conhecimento e a valorização das culturas indígenas;
- divulgar resultados de estudos e pesquisas sobre as culturas indígenas;
- adaptar o currículo escolar à realidade de cada grupo indígena;
- voltar a educação também para objetivos mais abrangentes como o desenvolvimento de programas nas áreas de produção agrícola, criação de animais de pequeno porte, horticultura, carpintaria, marcenaria, corte e costura e artesanato indígena, de acordo com o nível de aculturação e necessidades sentidas pelo grupo;
- proporcionar, aos grupos indígenas monolíngües interessados, a alfabetização na língua materna;
- elaborar material didático específico com a participação dos professores que trabalham nas áreas indígenas".

(NEI RR, 1986: 87-88).

Em ensaios referentes à mobilização dos professores indígenas brasileiros sempre se fala que no final dos anos 80 começaram a ser realizados em todo o Brasil cursos e encontros regionais de professores indígenas, e que os mesmos seriam promovidos pelos próprios professores. Nunca ninguém fala desse "I Encontro de Educadores Indígenas em Roraima", promovido por uma Secretaria de Estado da Educação ainda em 1986. É profética a preocupação dos participantes desse encontro com a alfabetização na língua materna, que em 1988, graças à mobilização indígena e indigenista, se tornará dispositivo incluído na Constituição da República Federativa do Brasil:

"O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem" (artigo 210, parágrafo 2º).

A introdução desse dispositivo na nova Constituição representa o marco da mudança de rumos no trato da educação escolar indígena por parte do Estado brasileiro. Daqui para frente, a mobilização indígena e indigenista, aliadas à abertura democrática do país, fizeram com que as leis passassem a incorporar dispositivos que reconhecem e garantem avanços para a educação escolar indígena. A análise dos objetivos, traçados pelo NEI no remoto ano de 1986, nos permite enxergar que os mesmos continuam sendo tópicos tão válidos e atuais que poderiam ser aproveitados, hoje, na definição de uma política nacional de educação escolar indígena.

A partir desse primeiro encontro regional de educação escolar indígena em Roraima, graças ao comprometimento e garra dos professores indígenas que exigiram continuidade na proposta de trabalho, o NEI tem desenvolvido uma intensa atividade, realizando inúmeros cursos de capacitação de professores nas áreas de: estudo, pesquisa e sistematização das línguas macuxi e waiçichana; metodologia do ensino bilíngüe; metodologia de ensino de língua portuguesa e de matemática; medicina alopatrica e indígena; introdução à metodologia de pesquisa, reformulação de conteúdos. Além de inúmeros textos coletivos que artesanalmente foram compondo livros de leitura, com orientação científica dos assessores do NEI, os próprios professores indígenas elaboraram três cartilhas, editadas pelo Núcleo, nas línguas macuxi, waiçichana, e portuguesa adaptada à realidade indígena. Os professores estão sendo, também, multiplicadores desse processo, eles mesmos ministrando cursos ou dando acompanhamento pedagógico aos colegas novatos.

No começo de 1991, o Núcleo convidou os professores indígenas a elaborarem o "Plano Diretor da Educação Indígena em Roraima". Nos dias 10 e 11 de abril de 1991, durante uma reunião de trabalho realizada em Boa Vista, e que teve a satisfação de assessorar, um grupo de dez professores indígenas produziu o documento, logo encaminhado às escolas indígenas do Estado. No mesmo lê-se: "Ele não é um documento fechado, inclusive espera receber sugestões, críticas e complementações que surgirão durante seu estudo". Provavelmente pela primeira vez na história da educação escolar indígena no Brasil, os próprios professores indígenas definem e elaboram um plano de trabalho que será assumido por uma Secretaria de Estado para nortear e disciplinar suas ações na área da educação escolar indígena.

Mais uma iniciativa merece ser citada pelo sabor histórico que carrega. Ao assumir a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, o professor Aldo Gomes da Costa achou que havia uma contradição entre a proposta de trabalho do Núcleo e o fato do mesmo não ser chefiado por um índio. Indicado por professores indígenas e funcionários da SECD, em janeiro de 1992 o professor Euclides Pereira, do povo Macuxi, assumiu a chefia do NEI. Ele contou também com o respaldo das comunidades por sua militância de mais de dez anos no movimento indígena organizado. O professor Euclides deixou a chefia do NEI por ter sido eleito Coordenador-Geral do CIR - Conselho Indígena de Roraima. Por ter ficado apenas um ano, não conseguiu efetivar mudanças significativas, porém sua passagem pelo Núcleo foi de suma importância para demonstrar a seus próprios parentes, e à sociedade regional, que o índio em Roraima está em condição de assumir e desenvolver trabalhos importantes e representativos. Quando ainda estava à frente do Núcleo, a SECD indicou o professor Euclides para integrar o Comitê de Educação Escolar Indígena, e a mesma coisa fizeram seus colegas reunidos no "V Encontro de Professores Indígenas do Amazonas e Roraima", assim que, hoje em dia, o Euclides representa os índios da Região Norte nessa instância interinstitucional criada pelo Ministério da Educação.

PRESENTE

Atualmente o NEI está sendo chefiado pelo professor Sebastião Bento da Silva, do povo Wapichana, que também foi indicado por professores indígenas e funcionários da SECD. Mais quatro professores indígenas integram a equipe do Núcleo. Desde sua implementação, o NEI conta com assessoria linguística e antropológica. Gradualmente, foi contatando especialistas ligados a outras áreas do saber, e a diferentes instituições, assim que, hoje em dia, conta com a assessoria de:

- Prof^a Aldema Menine Trindade, linguísta, UFMS-RS;
- Dout^a Bruna Franchetto, antropológa-linguísta, Museu Nacional/UFRJ;
- Prof^a Miriam Machado, linguísta, UFRJ;
- Prof. Cristiano Alberto Muriz, matemático, UnB;
- Prof. Gilson Rodolfo Martins, historiador, UFMS;
- Prof^a Eneida Corrêa de Assis, antropológa, UFPA;
- Prof^a Loretta Emiri, indigenista, com formação específica em educação escolar indígena, e com livros e ensaios publicados, SECD-RR.

A população indígena no Estado de Roraima é de aproximadamente 36.500 indivíduos, que pertencem às etnias Macuxi, Taurepang, Ingarikó, Waiwai, Waimiri-Atroari, Yekuana (Mayongong), Yarikuna, Wapichana, Yanomami. O NEI coordena administrativa e pedagogicamente 126 escolas com um total de 5.168 alunos, em 5 municípios: Boa Vista (1.956 alunos, 59 escolas); Normandia (1.842 alunos, 44 escolas); Bonfim (791 alunos, 14 escolas); Alto Alegre (461 alunos, 8 escolas); São João do Baliza (118 alunos, 1 escola). Dos 301 professores lotados no Núcleo, 239 são indígenas e 62 não-índios.

Nos dias 10 e 11 de julho passado, 83 professores representando os povos Macuxi, Wapichana, Taurepang e Waiwai, participaram de um encontro em Boa Vista. Entre outras atividades, foi analisado o capítulo XV "Da Educação para Comunidades

Indígenas" da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e foi distribuída uma ficha cuja primeira pergunta era: "Que tipo de relação existe entre você, professor, e a comunidade?". A ficha foi bolada para orientar na realização de uma avaliação individual escrita por parte dos professores, em relação a seu próprio desempenho.

MAGISTÉRIO INDÍGENA

Frente à possibilidade da realização de um Concurso Público em Roraima, o NEI elaborou, em abril passado, o documento "Concurso diferenciado para professores indígenas em Roraima" e entregou-o à Secretária de Educação, propondo, justamente, uma solução diferenciada para a realidade indígena. Essa solução será dada, mas será apenas uma medida provisória para dar tempo e oportunidade para os professores indígenas se capacitarem. É preciso canalizar esforços para formar e habilitar os professores, e não para criar concursos diferenciados, que poderiam contribuir para manter precária e limitada a formação política e profissional dos professores indígenas.

De alguns meses para cá, o trabalho prioritário do Núcleo está sendo a idealização de um Curso de Habilitação ao Magistério em Nível de 2º Grau para Professores Indígenas, chamado de Magistério Indígena. Dos 239 professores indígenas lotados no NEI, apenas 71 possuem o 2º Grau completo; destes, somente 57 têm formação de Habilitação Mínima de Magistério de 1º Grau. Muitos jovens deixam suas malocas no intuito de continuarem os estudos em sedes municipais, onde porém, na maioria das vezes, se perderão engrossando a fileira da mão-de-obra barata. Calcula-se que haja aproximadamente 12 mil índios morando em sedes municipais. Só Boa Vista abriga 10 mil deles e isso a torna "a maloca mais populosa do Estado de Roraima". A grande maioria reside na periferia, em estado de sub-emprego, sendo sua força de trabalho altamente explorada. Quando não entregues mesmo ao alcoolismo e à prostituição, aos índios são reservadas as atividades mais humildes e pesadas; são eles: varredores de rua, coletores de lixo, cavadores de valas para esgotos, empregadas domésticas. A implantação do Curso de Habilitação ao Magistério em Nível de 2º Grau visa contribuir para modificar o triste quadro existente:

- a médio prazo, regentes sem preparação adequada se tornarão professores com formação específica e qualificada. E isso não apenas porque a questão legal e a situação funcional estariam assim resolvidas, mas especialmente porque os povos indígenas merecem ter professores à altura de sua tão delicada e importante tarefa, que é a de contribuir para que os alunos se tornem pessoas maduras, críticas e criativas;
- a longo prazo, o Magistério e outros cursos profissionalizantes poderão contribuir para: fixar os jovens às suas malocas, tendo trabalhos interessantes e remunerados para ali desenvolverem; tirar da marginalização os jovens índios que residem em sedes municipais, podendo eles alcançar melhores condições de vida e trabalho tendo formação e instrução.

Do planejamento do Magistério Indígena e da elaboração da versão preliminar da proposta, em diferentes momentos e durante inúmeras reuniões, participaram integrantes e assessores do NEI, Escola de Formação de Professores, Centro de Ciências, Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério, professores indígenas habilitados ao Magistério e outros que estão cursando-o, tuxauas, membros de comunidades e organizações indígenas. Quer dizer que foi realizado um MAYU. Na língua macuxi, MAYU quer dizer MUTIRÃO. Pessoas pertencentes a variados órgãos, instituições e entidades realizaram um democrático, rico e profícuo trabalho interinstitucional para edificar o Magistério Indígena em Roraima.

Tudo indica que o Magistério Indígena começará ainda em janeiro de 1994. Com ele começará mais uma etapa histórica na vida do NEI e da educação escolar indígena em Roraima. A nosso ver, não precisa nos preocuparmos com conteúdos, currículos, calendários, materiais didáticos, pois, em função da verdadeira autonomia, essas tarefas cabem aos índios; e eles só terão condições de realizá-las no dia em que estiverem formados, capacitados, habilitados. Essa formação-capacitação-habilitação dos professores indígenas é que está sendo a verdadeira prioridade do NEI/RR.

CONCLUSÃO

Pela educação, durante quinhentos anos, os índios foram dominados quando catequizados e integrados. A afirmação de identidade, a sobrevivência física e cultural, a organização, a luta pela cidadania e por melhores condições de vida dos povos indígenas no Brasil passam hoje pela educação escolar indígena: nesta profunda convicção está alicerçada a atuação do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado da Educação de Roraima.

BIBLIOGRAFIA

EMIRI, Loretta

- Educação Indígena em Roraima, Missões Consolata. São Paulo, mar./abr. de 1986;
- O Núcleo de Educação Indígena de Roraima e a Conjuntura Nacional da Educação Escolar Indígena, DE-SECD/RR, jul. de 1992;
- Concurso Diferenciado para Professores Indígenas em Roraima, NEI-SECD/RR, abr. de 1993;
- Magistério Indígena - Proposta de Implantação de Curso de Habilitação ao Magistério em Nível de 2º Grau para Professores Indígenas em Roraima (versão preliminar), (organização e redação final), NEI-EFP-CEFAM-SECD/RR, jul. de 1993.

NEI/RR

- Relatório do I Encontro de Educadores Indígenas em Roraima, ago. de 1986;
- Wayãmu - Boletim Informativo do NEI/RR, Nº 1 (9/92); Nº 2 (3/93); Nº 3 (7/93).

* Loretta Emiri é Assessora para Assuntos Indígenas da Secretaria de Educação, Cultura e Desportos de Roraima, e integra a CPI/RR - Comissão Pró-Índio de Roraima.